Depoimentos são adiados para próxima semana

A CPI do Orçamento decidiu adiar os depoimentos dos deputados José Geraldo (PMDB-MG) e Manoel Moreira (PMDB-SP), para permitir que as subcomissões possam analisar os documentos que receberam. Esses depoimentos estavam marcados para hoje e amanhã e ainda não têm novas datas.

A decisão foi adotada a pedido dos coordenadores das subcomissões — os senadores Garibaldi Alves (PMDB-RN) e José Paulo Bisol (PSB-RS) e os deputados Benito Gama (PFL-BA) e Sigmaringa Seixas (PSDB-DF) —, após o depoimento do deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE). Os coordenadores querem tempo para promover diligências e produzir provas antes de ouvir os envolvidos no escândalo. “É preciso acabar com este delírio acusatório”, disse o senador Jarbas Passarinho (PPR-PA), presidente da CPI, ao explicar a decisão e a necessidade de se aprofundar as investigações.

Provas — “Existem provas demais, mas é preciso que as subcomissões trabalhem”, concordou o deputado Roberto Magalhães (PFL-PE), relator da CPI. Ele disse também que a comissão não vai concluir seus trabalhos no prazo inicial de 45 dias — será necessário um pedido de prorrogação. “Pretendo ouvir 40 pessoas ainda, o que será impossível nos próximos 27 dias” — prazo em que a comissão deve encerrar ou pedir a prorrogação de seus trabalhos —, afirmou.

Preocupado com a demora no andamento dos trabalhos da CPI, Magalhães quer submeter ao plenário da comissão proposta para limitar o número de inquiridores aos depoentes e descentralizar a tomada dos depoimentos, que passariam a ser feitos nas subcomissões. Magalhães reclamou muito das perguntas feitas por não-membros e suplentes da comissão e que estariam alongando demais os depoimentos. “Isso já não é mais uma CPI; é um congresso convertido em CPI”, queixou-se.